



Pacote e agenda cheia fecham 2006

O pacote de medidas econômicas, em fase de finalização pelo Ministério da Fazenda, vai disputar a atenção do mercado financeiro, que flerta com uma atulhada agenda de indicadores nesta semana. Em função das festas de fim de ano, a divulgação dos principais indicadores macroeconômicos será antecipada. O Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre em valores correntes e as contas públicas são destaques na agenda.

"A surpresa ficará por conta do pacote de medidas econômicas que chegará investido de responsabilidade por ser tratado pelo governo como instrumento vital para destravar as condições de crescimento do país", diz o tesoureiro de um banco estrangeiro que prefere não ser identificado. Esse executivo reconhece os avanços feitos pelo país nos últimos anos e aplaude, sobretudo, o ajuste do setor externo, que tornou a economia brasileira menos vulnerável a cenários de estresse internacional. "Mas é necessário lembrar que a extraordinária liquidez internacional impede que o risco-país reflita a preocupação e a expectativa que rondam o pacote de medidas", comenta.

O tesoureiro teme que o governo adote o que ele classifica de "medidas para-fiscais", alertando particularmente para a possibilidade de capitalização da Caixa Econômica Federal (CEF) ou qualquer outra instituição financeira pública e para o uso adicional de recursos do FGTS no financiamento subsidiado de casas para a população de baixa renda.

TRUQUE ARRISCADO

"A CEF pode ser capitalizada por meio de ajustes patrimoniais que consistem em aplicação de uma espécie de engenharia financeira. O governo não precisa necessariamente mexer no Orçamento e na dívida pública para ampliar a capacidade de concessão de crédito da instituição. Isso não garante a qualidade dos créditos", afirma.

"Mas se a Caixa tornar-se mais lucrativa, o governo é beneficiado por repasses maiores de dividendos para o Tesouro, procedimento que alimenta o superávit primário."

A fonte pondera que a legalidade de algumas medidas pode ser questionada juridicamente. "O uso de recursos do FGTS, por exemplo, pode ser questionado", insiste o tesoureiro, lembrando o fato de o grande contribuidor do FGTS ser o trabalhador de classe média que poupa recursos compulsoriamente em troca de remuneração de 3%

ao ano mais TR. "O governo aplica parte do dinheiro do Fundo em Selic. O diferencial entre a remuneração garantida ao trabalhador e a obtida na aplicação financeira gera uma disponibilidade de recursos que tem sido usada, historicamente, para equacionar problemas atuais. Se esses recursos produzidos por juros são usados como subsídio a financiamentos, a legalidade da medida pode ser discutida".

João Luis Mascolo, professor do Ibmecc-SP, não acredita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiará "alguma medida irresponsável", mas considera que o governo não vem dando sinais claros sobre os custos das medidas que pretende lançar. "Para colocar a economia na rota do crescimento, investimentos públicos e privados são indispensáveis. Creio, portanto, que teremos mais medidas de desoneração e de incentivos setoriais. Mas até agora parece que o governo está contando com a redução de despesas com ju-

Há receio de que governo federal adote medidas para-fiscais, particularmente a possibilidade de capitalização da CEF

ros para investir e isso é um equívoco. O governo precisa dar um sinal correto na condução da política fiscal com muita responsabilidade."

O economista não tem dúvida de que o pacote apontará na direção correta, de buscar condições para o crescimento, mas teme a forma como o governo buscará tais condições. "Não se pode criticar o conceito das medidas, mas onde estão indicações de corte de gastos? Elas não são triviais, principalmente num momento em que o Legislativo aumenta seu salário em 91%".

GOVERNO DE UM HOMEM SÓ

O cientista político Carlos Melo, professor do Ibmecc-SP, acredita que o governo está apostando em uma agenda econômica mínima negociada, que não dependa de votação por maioria no Congresso e entre em vigor por medidas provisórias.

"O cenário não é excelente, mas é positivo. Tudo indica que teremos superávit primário de 4,25% do PIB, inflação abaixo da meta e redução da relação dívida/PIB em 2007. Sou cético, contudo, quanto a grandes reformas porque, pelo menos até aqui, estamos convivendo com um governo de um homem só. Um governo que não tem formulador de polí-

tica econômica, não tem articulação política e não tem executores." Melo diz que Lula tem desempenhado todos os papéis. "O resultado, a duas semanas do início do segundo mandato, é um quadro sem clareza. É difícil fazer prognósticos."

"Não sou economista, mas não creio que mais isenções tributárias e aumento de crédito garantem crescimento sustentado. Mexer no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e no FGTS certamente é agendar problemas futuros. E, até o momento, o governo mostrou pouca inclinação a reduzir gastos."

Melo avalia que o presidente Lula "ganhou e bem no segundo turno das eleições, tendo sua credibilidade ampliada. Mas parte do capital político conquistado já foi desperdiçado pela concentração de funções".

O professor reconhece a dificuldade de um governante montar alianças, mas lembra que o processo torna-se ainda mais difícil quando não existem proposições claras.

"O presidente Lula não tem um plano de governo, tem uma obsessão pelo crescimento de 5% ao ano. Isso não quer dizer que a coalizão não existe. Ela existirá, mas não em defesa de propostas comuns e sim por necessidade de ocupação de espaços políticos. Talvez o Brasil não ganhe muito por isso."

AGENDA DA SEMANA

Segunda-feira — Relatório Focus, balança comercial

Terça-feira — IBGE divulga PIB em valores correntes, relatório do BC sobre setor externo (novembro);

Quarta-feira — IPCA-15 (dezembro), IPC-Fipe (2a prévia dezembro), nota de BC e Tesouro sobre dívida pública e operações de mercado aberto (novembro);

Quinta-feira — Conselho Monetário Nacional, resultado das contas do governo central (novembro), nota do BC sobre spread bancário (novembro), pesquisa IBGE de emprego (novembro);

Sexta-feira — Resultado consolidado das contas públicas (novembro), pesquisa Seade/Dieese de emprego (novembro), IGP-M (2a prévia dezembro); Sem data prevista - Arrecadação federal.

* Angela Bittencourt é jornalista da Reuters e sua coluna é publicada diariamente para os clientes dos terminais Reuters 3000Xtra e Reuters Trader Latin America.

email: angela.bittencourt@reuters.com

NOTA: A coluna deixará de ser publicada nas próximas duas semanas devido às férias da colunista. A próxima publicação será na edição de 08 de janeiro.